

O PAPEL DO PROERD NA EFICÁCIA DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA: REFLEXÕES SOBRE INTERVENÇÕES SOCIAIS

Luiz Ricardo dos Santos¹

RESUMO: É relevante destacar o papel dos programas de intervenção social, educativos, esportivos e culturais em busca de soluções para demandas de organização social e comunitária, principalmente, quando no enfrentamento dos avanços da criminalidade e assédios às crianças e jovens. Este artigo tem como objetivo apresentar, com base em referenciais bibliográficos, a importância de um destes programas de cunho nacional: o Proerd, que visa aproximar os atores sociais da Segurança Pública, como, por exemplo, os Policiais Militares, da escola, família e comunidade. Ao perpassar pelas referências e análises, buscamos tecer uma reflexão sobre o papel de programas, como este, na ampliação da conscientização coletiva e na diminuição da criminalidade, apresentando, inclusive, o caráter de representação social destas instituições que se relacionam na busca por soluções de integração/formação.

Palavras-chave: Segurança Pública. Educação. Proerd. Comunidade.

INTRODUÇÃO

Desde que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD) foi implementado no Brasil, numa alusão aos programas parecidos que existiam nos Estados Unidos da América (EUA), a interface entre os organismos de Segurança Pública, como, por exemplo, a Polícia Militar, e instituições que cuidam do desenvolvimento das crianças e adolescentes – escola, família -, tornou-se ainda mais efetiva, numa ação estratégica de união de forças, para ampliação da conscientização contra drogas e violência, integração comunitária, dinamização de práticas docentes, mais participação da família nos espaços escolares, ampliação da confiança dos públicos alvos do programa em direção aos atores sociais da Segurança.

Ações, como esta, são responsáveis pelo renorteamento da forma de tratamento e de inserção dos policiais nos espaços coletivos da comunidade da escola,

¹ Policial Militar na PMPR, Bacharel em Administração de Empresas e Administração Rural, Especializações em Direito Militar, Direito Ambiental, Gestão de Logística, Gestão Ambiental, Armazenagem de grãos e Segurança Alimentar, Técnico em Segurança do Trabalho. E-mail: rikardoshow@hotmail.com

instigando o surgimento de parcerias estratégicas no combate à criminalidade. Desta forma, a presença da Polícia Militar vai configurando um novo campo de representação social importante, delimitando, assim, conexões que fazem toda a diferença na formação humana. Isso reflete na forma como estas crianças e adolescentes, observam a atuação da polícia como orientadores de processos de protagonismo, senso crítico, participação e emancipação, desconstruindo, portanto, estereótipos negativistas que outrora se manifestava na estrutura de imagem do segurança em determinadas comunidades.

Tornar o policial e a instituição uma parceria desta comunidade, evidencia, portanto, o conceito da representação social (que veremos mais à frente), pois contribui com a construção de sentidos, delimitando o aspecto do direcionamento do olhar para a sensibilização dialógica entre estes atores e a instituição da segurança, e a população. O presente artigo permeia por esta seara, buscando delinear, com base em referenciais, sobre a importância de se pensar o papel da polícia nestes ambientes de coletividade, enaltecendo as metodologias diversas que promovem os caminhos para ampliar a intersecção com as populações.

No caso do PROERD, há uma especificidade a considerar: A Carta Magna prevê que os cidadãos devem ter os direitos básicos garantidos e, no Art. 227, diz que compete ao Estado, juntamente com a família e a sociedade, assegurar às crianças e aos adolescentes os direitos e as garantias fundamentais do ser humano (BRASIL, 1988). A proteção, a educação, o bem estar social, são algumas destas ações as quais compete também ao Estado estabelecer as políticas públicas e diretrizes afirmativas, visando o bom andamento do desenvolvimento biopsicossocial. É importante que o Estado – em todas as suas esferas de instâncias – entenda a força da união de suas agências institucionais visando a orquestração de planos de gestão que atuem na defesa da população, principalmente, as crianças e adolescentes, públicos que aportam esta reflexão narrativa.

Não apenas a Constituição Federal, mas, também, outras legislações posteriores com foco neste público, como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atuam na formulação das estratégias efetivas de proteção e oportunidades de desenvolvimento. Frente as situações de desigualdade social e

vulnerabilidades de acesso – principalmente às políticas públicas -, o Estado torna-se, ainda mais responsável, pela boa condução social destes públicos, atendendo as diferentes demandas – principalmente a de segurança social -. As agências de socialização (entre as quais, a Escola), também é espaço determinante para a configuração de forças metodológicas para ampliação de proteção e emancipação. É na escola, por exemplo, que as crianças tem forte espaço para a integração cultural, social, aportando novos sentidos sobre a vida, a cidadania, a sociedade. É justamente neste âmbito que o PROERD entra como uma alternativa de programa de resistência, conscientização, integração, como uma ação de prevenção.

E como estes policiais que integram e coordenam este trabalho reconhecido no Brasil e no exterior? Primeiramente, por tratar de público alvo específico, estes atores sociais da segurança pública atuam na proposição de metodologias que envolvem arte, dança, palestras, aulas sequenciais com material didático correlato, muito diálogo, e até mesmo formatura com direito a uniforme específico e certificados. Funciona como um sistema de eixo transversal dentro da escola, já que nos próprios Projetos Políticos Pedagógico (PPP) – documento que rege o andamento didático da instituição educativa – já prevê que temas como cidadania, meio ambiente, segurança, direitos humanos, entre outros, sejam contemplados em projetos e programas que acoplam-se aos já tradicionais planos de atividades escolares. Destacamos isso neste artigo, em razão do fato de que este é um caminho para que a Polícia Militar chegue até a escola, com fundamentação metodológica, para atender estes temas, através de projetos pedagógicos diferenciados. Como citado anteriormente, é através da dança, música, teatro, rodas de conversas, que a metodologia de ensino e aprendizagem vai se operando durante o período de aplicação.

Com o passar do tempo, o próprio público alvo percebe que o Policial é um agente do Estado designado para proteger a população dos avanços da criminalidade e violência e, desta forma, principalmente nas rodas de conversas durante as aulas, que os próprios alunos vão tecendo depoimentos e manifestações sobre casos enfrentados – ou observados -, que remetem à estas problemáticas sociais. Existem casos de violências – das mais diversas – enfrentadas pelas crianças e adolescentes que são

expressadas neste espaço democrático de diálogo, o que permite aos policiais orientar e agir.

Vale destacar, também, que os agentes da Segurança Pública (os policiais) precisam estar preparados para o diálogo com este público alvo. Desta forma, passam por cursos de capacitação continuada, para terem habilidades de transmissão de informação e comunicação, bem como o preparo acerca do debate sobre os temas que são expostos nos círculos de debates, bem como nos materiais didáticos propostos no programa. Esta preparação acaba sendo, para o próprio policial, um desafio instigante, pois atuam como professores / orientadores de processos educativos e formação humana/cidadã. Esta expertise vai delineando, na prática, uma onda de estruturas positivas de sentidos, tecendo campos de confiabilidade no professor/policial, mas, também, no organismo institucional.

Inibir o avanço do crime organizado e o assédio às crianças e adolescentes é um dever da sociedade civil, não apenas dos agentes de segurança. A ação integrada contribui com esta afirmativa. Santos (2006, p. 01), declara que “as instituições responsáveis por essa atividade atuam no sentido de inibir, neutralizar ou reprimir a prática de atos socialmente reprováveis, assegurando a proteção coletiva, e por extensão, dos bens e serviços”. É papel do Estado mobilizar estes campos de proteção aos que têm menos condições de defesa. É o caso, por exemplo, de crianças e adolescentes expostas à extrema vulnerabilidade social e em ambientes de predomínio do crime organizado. Estes sentidos absorvidos faz com que a concepção de cidadania, de justiça, de proteção do Estado, de direitos humanos, vão minimizando contextos de esperança.

É por isso, também, que projetos de mobilização como este, do Proerd, e outros como a Patrulha Escolar/Patrulha Comunitária – existentes em diversas cidades e estados -, buscando aproximar os agentes de Segurança da população, para manter a confiança e sentidos de proteção. O Programa atua não apenas na base, buscando a ampliação da conscientização coletiva, mas, também, para garantir a proteção da própria escola, como espaço de refúgio e construção de resistência através do saber e do pensar. Proteger as crianças e adolescentes contra a violência direta e o crime direto, também perpassa por proteger os espaços territoriais os quais eles

sentem-se protegidos. A Escola é o espaço da transformação que promove, de forma inter – transdisciplinar a percepção de sociedade, de liderança, de protagonismo social, de reflexão sobre os andamentos sociais. Em muitos casos, como vemos inclusive constantemente na imprensa, muitos destes espaços de socialização do saber e do pensar enfrentam a degradação e os ataques externos que podem vir de criminosos do entorno de seu espaço físico, como, também, de lideranças e instituições que deveriam estar ao lado da escola visando o pleno desenvolvimento humano. Mas é preciso focar, entre estes possíveis e constantes ataques à escola, aos criminosos que sabem que é, na escola, que os adolescentes e crianças estão aprendendo a se defender, a denunciar, a agir de forma inteligente na organização social, cultural e política. Estes, por sua vez, buscam esta desconstrução de sentidos. Silva (2009, p. 6) declara que “a violência no ambiente escolar pode ser identificada como um reflexo do seu entorno, sendo de difícil mensuração, pois deve ser levado em consideração diversos fatores que estão inseridos na sociedade como um todo”.

Estes fatores, apontados por Silva (2009), vem ao encontro do que estamos debatendo sobre o conceito de representação social dos atores e das instituições em uma comunidade. Faz-se necessário destacar que em uma comunidade onde o Estado é ausente em políticas públicas afirmativas nas áreas de saúde, educação, democratização cultural, esporte, oportunidades de formação especializada, oportunidades de emprego e valorização à economia criativa dos espaços comunitários, fatalmente, os atores do crime organizado domina, com a oferta de possibilidades enganosas, descontruindo o futuro, desenvolvimento e a paz. O Proerd, portanto, é um poderoso recursos para a dinamização da prática de orientação social. Mas, também, é uma oportunidade de libertação, de emancipação, de construção de pontes culturais.

Neste sentido, respondendo a temática deste presente artigo, o Programa promove uma intersecção entre a escola, o poder público, a comunidade e a família, já que envolve, com a participação de ambos no processo de construção. Esta é uma forma efetiva de enfrentar a violência na escola e nos espaços exteriores. E se faz necessário lembrar que violência não é somente a física. Há outras características de violência, como lembra Azevedo (2004), ao destacar que a conceituação precisa pairar

por outros vieses, como a violência moral e psíquica, sendo realizadas como ação prática ou ameaça. Há muitos tipos de atos de violência que chamam a atenção da sociedade para a capacidade de interpretação, e ação, justamente para que possa ser tomada as medidas específicas de punição e também de orientação/conscientização. Wieviorka (1997, p. 8), “a violência mudou, também, pois se considera não mais o fenômeno no que ele apresenta de mais concreto, de mais objetivo, mas as percepções que sobre ele circulam, nas representações que o descrevem”. Estes tipos diversos de violências, que também se caracterizam como crimes, são aqui apontados pois é um tipo de situação que o Proerd lida em seu trabalho cotidiano, identificando as problemáticas e fenômenos, e buscando, de alguma forma, atuar na apresentação da realidade situacional.

A violência – por vezes, de algumas forma, manifestado no espaço da escola, demonstra a situação enfrentada pelas crianças e adolescentes no ambiente eterno, comunitário. Destacar que a violência infringe direitos humanos é uma essência deste trabalho de conscientização. O trabalho dos policiais neste Programa perpassa pelo campo da ampliação dos ecossistemas comunicacionais abertos e democráticos. Só assim, é possível ter êxito, já que no diálogo enriquecido, crianças e jovens suas lutas, indagações, dores, enfrentamentos, expectativas. Azevedo (2004) ainda destaca que estes enfrentamentos constantes, frutos de vulnerabilidades e pressão psicossocial, afeta o desenvolvimento cognitivo.

O trabalho valoroso do Programa é afirmativo, pois possui um histórico de exemplos de intervenções positivas, com resultados de emancipação desde a sua chegada no Brasil. Com base no programa americano D.A.R.E – Drug Abuse Resistance Education, desenvolvido originalmente em 1983 na cidade de Los Angeles, a Polícia Militar do Estado de Rio de Janeiro tomou a iniciativa e em 1992 implantou o PROERD nas escolas cariocas, sendo que a partir de 2002 o programa se expandiu a todos os Estados brasileiros. Desta forma, o programa foi implantado no Paraná em 2001, sendo realizado junto as escolas de Ensino Fundamental – Séries Iniciais, e hoje é referência de intervenção social em várias cidades do Estado.

Neste sentido, também se faz necessário destacar que este e outros programas com a mesma finalidade implementada, vem ao encontro das políticas públicas, por

isso, é uma questão que perpassa pela ação pública, que precisa articular a necessidade ou não da implementação desta ação estratégica. Municípios articulam o planejamento, juntamente com Polícia Militar, tecendo os objetivos e as metodologias. Depois, com a aprovação, contam com parcerias da iniciativa privada ou o próprio poder público trabalhar a aquisição de uniformes e materiais didáticos orientados pelo Programa. Assim, inicia-se às apresentações em reuniões de pais e grupos de alunos. Sempre, com uma metodologia atrativa, dinâmica, lúdica, pautada em discursos que vão ao encontro da forma como as crianças e adolescentes dialogam e observam o mundo.

Outro aspecto que se faz importante enaltecer aqui neste artigo é o da representação social, muito defendido por diversos autores, que tratam destas conexões simbólicas entre sujeitos sociais. Segundo Jodelet (2001), a representação social, "é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (p. 22). Para Wagner (1998), representação social é simultaneamente um "conteúdo mental estruturado - isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico - sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente compartilhado com outros membros do grupo social".

Os autores expressam este conceito para justificar um ato de estrutura de imagem de cada ator ou instituição dentro dos ambientes sociais. Ou seja, é o estudo da delimitação do papel de cada ator ou instituição na vida e condução social da população. Trazendo estes apontamentos conceituais para o tema deste presente artigo, nos alerta sobre qual o papel da Polícia na sociedade, como é vista pela população – especialmente em comunidades vulneráveis socialmente -, qual o papel da escola e dos atores sociais que ali estão, e qual o papel dos organismos público nas sociedades. Portanto, a Representação Social é a forma como o sujeito decodifica, interpreta, sente a presença do outro em sua vida e manifesta esta presencialidade em suas ações e decisões – embasada em confiança ou não -. É neste sentido que acoplamos a área de pesquisa da representação ao trabalho do policial na escola, na comunidade.

Nos faz refletir sobre como a formação humana está atrelada a construção coletiva de sentidos e as influências – positivas ou não -. Todos os organismos do poder público, e outras instituições como a imprensa, a igreja, a comunidade, os grupos culturais, e outras agências de socialização que um sujeito pode figurar, acaba intervindo, positivamente, na forma como ele constrói sua subjetividade e sentidos. A Polícia Militar, com esta ação, também configura a representação social, que muitas vezes é vista de forma negativa por parte da sociedade, mas que carrega um compromisso com a vida, com a proteção do cidadão, e que as vezes no âmbito dos enfrentamentos, coloca a própria vida em risco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou permear, através do aporte de referenciais, pelo campo da explanação do papel da Polícia Militar na sociedade, através do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD). Este é um Programa que envolve os agentes de segurança pública, a família, a escola e a comunidade, na proposição de estratégias de prevenção contra violência e atos de criminalidade. É um dos programas diversos que contam com o apoio direto da Polícia Militar, como, também, os exitosos programas da Patrulha Escola e Patrulha Comunitária.

Se faz necessário observar que atuação da polícia, como destacado durante a reflexão, busca, neste programa, aproximar das crianças e adolescentes, através de círculos de debates, aulas de orientação cidadã, palestras, atividades artísticas e até mesmo formatura, tecendo uma conexão de ecossistema comunicacional mais ampliada, promovendo, assim, a conscientização coletiva sobre como se defender e proteger-se da violência e criminalidade.

O Proerd é afirmativo pois também caracteriza-se no universo da representação social, como destacado durante o percurso da reflexão. A representação é a imagem como a sociedade observa determinado sujeito ou instituição. Nesse sentido, a representação social dos policiais e da instituição de segurança pública em muitos ambientes de comunidades – especialmente as que vivenciam situação de extrema vulnerabilidade social – é desconstruída, afetada por estruturas negativistas que não correspondem com a missão de proteção dos agentes de segurança à

sociedade. O trabalho perpassou pela identificação destes polos de representação do agentes públicos no espaços da troca de saber e pensar (escola), configurando, portanto, o papel da polícia, também, como orientadora de processos de cidadania. O Proerd vai neste encontro, quebrando estereótipos negativistas dos agentes de segurança, abrindo caminhos para a confiabilidade, integração e emancipação.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. In S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 29-109). Petrópolis: Vozes.

Wagner, W. (1994). Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In P. Guareschi, & S. Jovchelovitch (Eds.), *Textos em representações sociais* (pp. 149-186). Petrópolis: Vozes.

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ.

SOUZA, A. S.; ARAÚJO, R. M.; LIRA, K. B.; PINHEIRO, G. G. Avaliação da implementação do programa educacional de resistência às drogas e à violência no estado do Rio Grande do Norte. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 5, n. 4, out/dez, p. 152-161, 2013.

SOARES, M. Proerd: A construção do conhecimento e a tomada de decisão como uma estratégia didático-pedagógica. *Dialogia*, v. 23, p.125-137, 2016.

BRASIL. Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, 2008. Disponível em: . Acesso em: 29 janeiro 2022.

AZEVEDO, S. C. A. A violência nas escolas como resultado dos problemas de inadaptação social. Universidade de Granada. Portugal: 2004. Disponível em Acesso em: 29 janeiro 2022.